



filiado a



# SINTESPE

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC

Siga-nos



Praça Olívio Amorim, nº 82 - Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88020-090 - Setembro 2014 - (48) 3223-6097 / [www.sintespe.org.br](http://www.sintespe.org.br)



## Santa Catarina sofre com descaso e falta de investimentos

Página 3

### Subsídios: a nova peça que o Governo Estadual quer pregar no Servidor Público

Entenda o que é e como funciona esta forma de remuneração **Página 2**

### SINTESPE move ações em favor dos servidores do Imetro/SC

Decisão dos servidores em assembleia resultou em ações que já estão protocoladas na Vara de São José **Página 3**

### Plebiscito da Reforma Política é exemplo de empenho e dedicação

Resultado geral deve ser divulgado até o dia 22 de setembro **Página 4**

### Primeira parcela da GAF é repassada aos servidores

Pagamento será feito em três parcelas e de acordo com o nível de escolaridade do cargo **Página 2**

### SINTESPE continua reivindicando o pagamento de pensões e reajuste das aposentadorias

Aposentados e pensionistas continuam sem nenhuma resposta do Iprev e do governador e se reunirão em ato no final do mês **Página 2**

## Servidor público ganha processo com atuação do SINTESPE

### Assessoria Jurídica do Sindicato desempenhou papel fundamental na resolução do caso

Um servidor público estadual corria o risco de devolver aos cofres públicos um valor próximo a R\$ 155 mil. Ele procurou a ajuda da Assessoria Jurídica do SINTESPE e após sete anos de defesa não terá que devolver a quantia recebida através de decisão liminar.

A vitória foi conquistada em agosto após sete anos de defesas e recursos administrativos. O servidor obteve na justiça uma decisão favorável referente a incorporação de cargo, posteriormente a mesma foi reformulada e o trabalhador foi intimado em 2005 a devolver a quantia de R\$ 154,736,03 a título de ressarcimento ao erário.

O servidor optou por se defender através de advogado particular durante dois anos e, inclusive chegou a devolver R\$ 48 mil aos cofres públicos e também terá esse valor devolvido pelo governo. Em 2007 ele procurou ajuda junto a Assessoria Jurídica do SINTESPE que obteve sucesso em sua defesa. “Nós tivemos servidores que há alguns anos tentaram entrar com um processo semelhante e não obtiveram êxito, porque o Estado não reconhecia e agora passou a reconhecer este tipo de ação. Entendemos que foi a atuação do Sindicato que fez com que o Estado mudasse um pouco o seu

posicionamento”, afirma o Assessor Jurídico do SINTESPE, Jayson Nascimento.

Nascimento também ressalta que os servidores que forem intimados a apresentar defesa em processo de ressarcimento ao erário que procurem o SINTESPE. “O Sindicato sempre tem meios de defender o servidor seja na esfera administrativa ou na esfera judicial”, completa.

O setor jurídico do SINTESPE tem sido um braço importante na defesa dos interesses dos trabalhadores, como foi o caso de servidores da Secretaria de Justiça e Cidadania das cidades de Rio do Sul e Tubarão. Eles foram intimados a

depor em juízo em função de suas participações na greve de servidores do Estado. O Sindicato acompanhou a situação e esteve presente na defesa deles diante desta ação de perseguição por parte do Governo do Estado.

O SINTESPE mantém sua posição atuante contra o governo do Estado, que não cumpre o que está na Lei e continua sendo acobertado por um poder judiciário que ao invés de garantir o cumprimento destas Leis, opta por punir os servidores que entram em greve e lutam por seus direitos. O Sindicato sempre atuará na defesa de seus servidores e coloca sua Assessoria Jurídica à disposição.



**Seja um  
associado**

e conte com os benefícios do Sindicato



# Subsídios: a nova peça que o Governo Estadual quer pregar no Servidor Público

## Entenda o que é e como funciona esta forma de remuneração

Os servidores ligados à área da Justiça e Cidadania devem ficar atentos a mais uma iniciativa do Governo do Estado que chega para prejudicar os trabalhadores catarinenses. A implantação do subsídio como forma de pagamento por serviços prestados nada mais é do que um engodo, algo para atrair e enganar o servidor.

Atualmente os servidores públicos recebem vencimentos (vencimento básico + adicionais + gratificações + indenização por horas extras + adicional noturno), mas a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania quer trocar pelo subsídio. Esta forma de remuneração trata do pagamento em parcela única pelo exercício do serviço públi-

co. A diferença é que ficará proibido o acréscimo de qualquer tipo de gratificação adicional, como por exemplo, os abonos, prêmios, verbas de representação e outras espécies remuneratórias.

O subsídio consta na Constituição Federal de 1988, no artigo 39, parágrafo 4º e prevê que Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais sejam remunerados exclusivamente por subsídio, sendo assim, esta forma de pagamento não é para os servidores públicos, que são profissionais de carreira, mas sim para agentes políticos.

O valor do subsídio é limitado a teto remuneratório e não há crescimento da renda, sendo essa medida prejudicial ao servidor.

O trabalhador não pode se deixar levar pelos falsos ganhos fáceis que estão contidos nessa proposta. É preciso que o servidor tenha em mente que a carreira pública será prejudicada em longo prazo com essa tentativa covarde do Governo do Estado.

Existem níveis a serem atingidos até o final da carreira. Caso o subsídio seja aceito como forma de remuneração, o aumento do primeiro nível até a aposentadoria seria de no máximo 15%, que é o que acontece em nível Federal, onde não existe direito a promoções por tempo de serviço, merecimento ou avaliações. Dessa forma, os trabalhadores ficam estagnados e apenas à espera dos reajustes baseados na Lei da Data-Base. O subsídio, portanto,

é tão somente para os detentores de cargos políticos e que se vinculam ao Estado por quatro, no máximo, oito anos.

As mudanças na remuneração dos servidores da área da Justiça e Cidadania fazem parte de um acordo de greve, mas deveriam trazer mudanças que apresentassem melhoria na renda. A Lei de Data-Base, por exemplo, existe há três anos e há dois não é cumprida, sendo a mesma feita apenas para cumprir decisão de Mandado de Injunção por determinação do STF.

O desrespeito já era anunciado, basta lembrar da fala do Secretário da Fazenda, Antônio Gavazonni. Durante uma reunião realizada com representantes do SINTESPE em junho de 2013,

Gavazonni declarou que enquanto estiver ocupando a Pasta não vai cumprir a Lei. “Vim para esse governo para não cumprir a Lei da Data-Base”, afirmou. A justificativa para a proposta de implementação do subsídio vem ao encontro do objetivo do governo de acabar com o crescimento vegetativo da folha de pagamento, por isso é primordial que essa questão seja discutida e tratada com extrema cautela.


**APOSENTADOS**

## SINTESPE continua reivindicando o pagamento de pensões e reajuste das aposentadorias

**Aposentados e pensionistas continuam sem nenhuma resposta do Iprev e do governador e se reunirão em ato no dia 30 de setembro às 14 horas**

O SINTESPE enviou ofícios ao Governador do Estado e ao Presidente do IPREV onde solicita a realização de uma audiência o mais rápido possível. O objetivo desta ação é obter esclarecimentos para os servidores aposentados e pensionistas, sem paridade do Estado, quanto ao não recebimento do reajuste anual de seus benefícios. O mesmo acontece com as diferenças de proventos, que são devidas desde janeiro de 2014, nos termos do Art. 71 da Lei Complementar número 412/2008.

**Por continuarem sem nenhuma resposta por parte do governo, o SINTESPE convoca os servidores para um ato, que está programado para acontecer no dia 30 de setembro, às 14h, em frente ao Iprev, localizado na rua Visconde de Ouro Preto, número 291, em Florianópolis.** Qualquer mudança neste

ato será comunicada através do site do Sindicato e das redes sociais.

O SINTESPE ressalta que tem recebido visitas e ligações frequentes de aposentados e pensionistas reclamando de tal demora. A situação está tomando rumos insustentáveis e insuportáveis, pois os proventos recebidos do IPREV são a única fonte de renda de alguns segurados.

Vale lembrar que desde o ano de 2012 o SINTESPE vem protocolando diversos ofícios no IPREV, sendo os últimos no dia 04/09/2014. Nos documentos é reivindicada a adoção de medidas no sentido de providenciar a elaboração e remessa à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina de um Projeto de Lei Complementar com propostas de alteração na LC nº 412/2008, relativo aos seguintes temas:

1) Previsão de edição do

Decreto no dia 1º de janeiro de cada ano, prevendo o reajuste imediato dos benefícios de aposentadoria e de pensão por morte, pelo percentual equivalente a no mínimo 2/3 (dois terços) do índice do INPC do ano anterior, como forma de antecipação, até a edição no mês de março de cada ano de Decreto Complementar estabelecendo o índice definitivo de reajuste dos benefícios, que deve corresponder a 100% do INPC acumulado do ano anterior, mais o índice de aumento real a ser estabelecido para o período;

2) Adoção de política de recuperação dos valores dos benefícios de aposentadoria e de pensão por morte, sem paridade, com a aplicação, obrigatória, de reajuste anual no percentual equivalente ao dobro do índice do INPC acumulado no ano anterior, conforme permitido no caput do Art. 71 da LC nº 412/2008.

**GRATIFICAÇÃO**

## Primeira parcela da GAF é repassada aos servidores

**Pagamento será feito em três parcelas e de acordo com o nível de escolaridade do cargo**

No mês de agosto foi paga a primeira parcela da Gratificação por Atividade Fazendária (GAF) para todas as secretarias. O sindicato também conseguiu fazer o governo pagar a diferença do percentual antigo para os servidores. Por exemplo, se antes uma secretaria recebia 60% da GAF, há uma lacuna de 40% a ser paga.

Há anos as disparidades salariais eram questionadas pelos servidores públicos e havia o desejo de que fosse praticada a igualdade no pagamento das gratificações. Enquanto que antigamente o percentual de 100% da GAF era concedido para as Secretarias da Fazenda, Administração, Procuradoria Geral do Estado e Instituto de Previdência dos Servidores Públicos, as demais secretarias centrais do Governo do Estado recebiam percentuais desiguais.

Em 2013, uma das bandeiras do SINTESPE foi justamente a prática da isonomia no pagamen-

to das gratificações e assim foi conquistado o percentual de 100% da GAF para todas as secretarias. O sindicato também conseguiu fazer o governo pagar a diferença do percentual antigo para os servidores. Por exemplo, se antes uma secretaria recebia 60% da GAF, há uma lacuna de 40% a ser paga.

O valor dos percentuais em haver será repassado de maneira parcelada para os servidores. Sendo assim, em agosto de 2014 foi pago 35%, em 2015 e também em agosto será repassado mais 35% e por fim, os 30% restantes em 2016. A GAF é paga em quatro níveis, de acordo com a escolaridade do cargo – fundamental, médio, técnico e superior. Em caso de revisão geral da Lei de Data-Base esses valores serão absorvidos.



QUANTO VALE A CULTURA?

# Cultura: o setor esquecido pelo governo de Colombo

## Memória de Santa Catarina sofre com descaso e falta de investimentos



Foto/Reprodução: Vídeo RBSTV

A preservação da cultura catarinense e nacional é um assunto que parece não ter entrado na pauta do atual governo de Santa Catarina. O Museu do Mar, em São Francisco do Sul e o Museu da Imagem e do Som, em Florianópolis, são apenas dois exemplos da grande falha da equipe de Raimundo Colombo neste setor. O que mais chama atenção é que o descaso já é praticado há anos.

A situação do acervo no Museu da Imagem e do Som (MIS) em Florianópolis foi exposta em uma reportagem exibida pelo Grupo RBS no dia 4 de setembro. Além da falta de manutenção, ainda há um suposto escândalo de transferência ilegal de materiais doados por pessoas como o jornalista Pedro Leite, que no vídeo declara se sentir egoísta

demais para ter todo aquele material só para ele.

Os álbuns, que remontam a história do blues, do jazz, da MPB e de grandes bandas de rock foram doados para a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e agora estão armazenados sem qualquer cuidado em antigas salas de exibição multimídia. Os LPs estão junto a documentos abandonados, latas oxidadas com filmes antigos e até produtos químicos. Em alguns casos, há obras perdidas e danificadas, já que alagamentos são frequentes no local.

A fan-page “Quanto Vale a Cultura?”, criada no Facebook por servidores da FCC destaca em uma de suas postagens que “em nenhum momento o esforço dos servidores para manter a salvo o acervo do MIS contou com sequer

uma fração dos 17 milhões de reais que o Centro Integrado de Cultura (CIC) recebeu para uma reforma interminável que não resolve problemas básicos como inundações, ou mesmo goteiras. A situação do MIS é uma tragédia que foi repetidamente anunciada ao longo de anos, e não é um caso único entre as unidades mantidas pela FCC. A sociedade agora viu, de forma crua, uma situação contra a qual os servidores da cultura lutam todos os dias”.

Em seu site, Raimundo Colombo destaca os desafios que tem pela frente, caso seja reeleito. Há passagens sobre a necessidade de “impregnar a cultura da excelência em cada pedacinho do Governo”, “disseminar a cultura da inovação” na economia, mas em nenhum momento se fala sobre preservação, manutenção e até investimentos na cultura de Santa Catarina. A situação já foi denunciada à direção da FCC em reuniões, relatórios e até pelo movimento grevista, que ocorreu em março deste ano.

O Museu Nacional do Mar, em São Francisco do Sul, esteve na mira do Ministério Público de Santa Catarina em uma ação civil pública que questionou a omissão do governo do Estado e da FCC em criar um conselho gestor para administrar a unidade. Segundo

reportagem do jornal A Notícia, naquela época havia “defasagem na contratação de profissionais com conhecimentos específicos na conservação de embarcações para trabalharem no museu e falta de um inventário do acervo”.

O problema chegou a ser temporariamente solucionado com a criação de um conselho gestor e, posteriormente com a contratação de funcionários concursados. Em 2011, no entanto, o Museu do Mar ainda se encontrava em uma situação conflituosa, visto que nos períodos de maior circulação de turistas, o espaço carecia de monitores para atender os visitantes.

Em agosto de 2012, o jornal A Notícia publicou que a gerência do Museu do Mar pretendia voltar suas atenções para a manutenção do acervo e da estrutura do museu. Grande parte do material exposto é de madeira e sofria com a ação de cupins. Uma das peças que foi retirada de lá foi o barco Paritii, do navegador Amyr Klink, utilizado em sua primeira travessia a remo no Atlântico Sul.

Pelo visto, a resolução dos problemas do Museu do Mar ficou apenas no âmbito da intenção. Conforme mostra a página do Facebook “Quanto Vale a Cultura?”, em fotos publicadas em abril, diversos ambientes do

museu estão com problemas na parte elétrica e que apresentam inclusive risco de incêndio. Os banheiros foram interditados e a estrutura do local é mantida com vigas improvisadas.

Os servidores da FCC se mobilizaram em março deste ano em uma greve que buscou melhorias para a categoria e para o órgão. Segundo reportagem do telejornal RIC Notícias, os trabalhadores da cultura reivindicavam melhorias no estado de conservação dos prédios públicos, a contratação de pessoal, melhores condições de trabalho e salários, a criação de um plano de carreira e o estado de abandono da cultura catarinense de uma forma geral.

A coluna de Carlos Damião no Jornal Notícias do Dia, em 09/06/2014, falou sobre os constantes cortes de recursos e reforçou o fato de que nunca um governo catarinense tratou a cultura de forma tão distante. “Santa Catarina continua carecendo de uma política cultural permanente (...) O que nos parece, e é o que transparece, é que há restrições demais e disposição de menos, talvez até falta de conhecimento sobre o que é e o que não é importante para o Estado”.

IMETRO/SC

# SINTESPE move ações em favor dos servidores do Imetro/SC

## Decisão dos servidores em assembleia resultou em ações que já estão protocoladas na Vara de São José

Foi durante uma assembleia, realizada em 23 de agosto, que servidores do Imetro/SC se reuniram para conhecer as ações do sindicato diante dos impasses sofridos entre o governo e trabalhadores. Na ocasião, foram discutidas e elaboradas as ações emergenciais para impedir os descontos praticados na folha de pagamento dos servidores. As ações solicitadas já foram protocoladas e já pode ser acompanhadas via internet.

A ação para impedir os descontos referentes aos dias de paralisação, que aconteceu no início do ano, foi protocolada na Vara da Fazenda de São José e movida através da assessoria jurídica do SINTESPE. Os servidores do Imetro/SC e demais interessados podem acompanhar o andamento desta pelo Sistema de Automação do Judiciário, através do endereço: <http://esaj.tjsc.jus.br/cpopg/ope>

n.do. É necessário selecionar a comarca de São José e inserir o número 0308279-70.2014, acompanhado do dígito 0064.

A assembleia entre o SINTESPE e os servidores do Imetro/SC aconteceu em agosto, na sede do sindicato e mais uma vez foi mantido o compromisso de reforço e representação dos servidores, a fim de que sejam cumpridas as reivindicações. Participaram do encontro os trabalhadores das cidades de São José, Tubarão, Itajaí e Chapecó (através de videoconferência). A pedido deles foram elaboradas ações judiciais reivindicando o ressarcimento das subtrações praticadas na folha de pagamento durante os dias de greve. Além disso, foi efetuado o pedido de anulação do desconto realizado mediante faltas justificadas e redigida uma ação ordinária pelo término de demais reduções no período pós-greve.

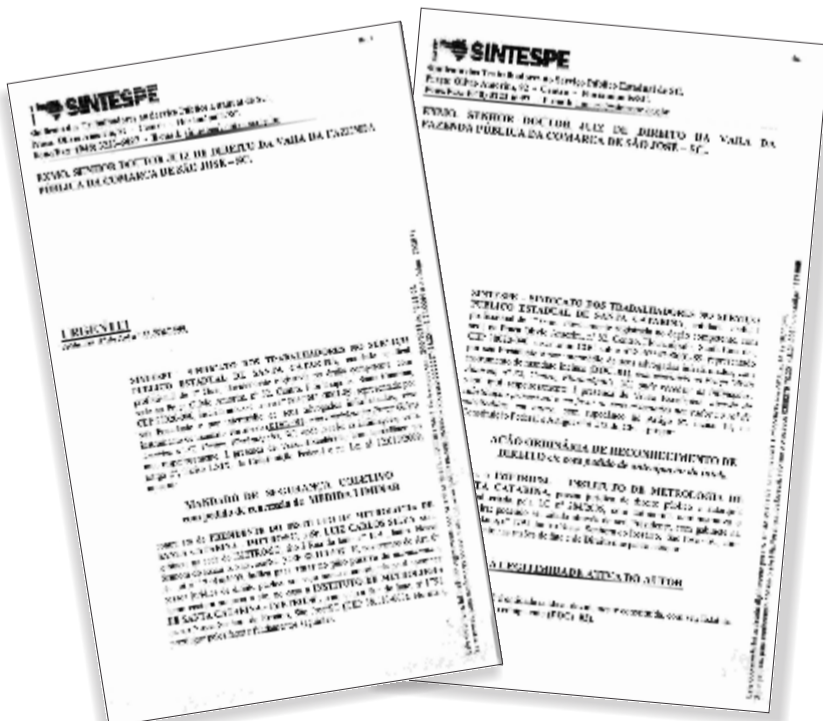
Outra reivindicação foi o fim do desconto de vale-alimentação das diárias de servidores em viagem. De acordo com o Assessor Jurídico do SINTESPE, Jayson Nascimento, a lei estadual não prevê este tipo de ação. “O governo estadual quer aplicar um decreto federal indevidamente, já que a diminuição do vale-alimentação tem sido feita apenas contra os servidores do Imetro de Santa Catarina”, explicou.

O ofício enviado ao Imetro/SC pelo setor jurídico do SINTESPE, será encaminhado, inclusive, aos deputados estaduais, a fim de que sejam reabertas negociações e que sejam cumpridas as propostas de acordo assinadas pelo presidente do Imetro/SC. “Queremos reforçar a representação e fazer com que se cumpra a pauta específica dos servidores do Imetro”, finaliza Nascimento.

A greve dos servidores públi-

cos do Imetro/SC aconteceu em fevereiro deste ano e as atividades das unidades de Chapecó, Itajaí, Joinville, São José e Tubarão foram paralisadas em busca

de melhores condições de trabalho e reposição salarial, já que em 2013 não foi cumprida a data-base da categoria.





# Plebiscito da Reforma Política é exemplo de empenho e dedicação

## Resultado geral deve ser divulgado até o dia 22 de setembro



dia 7 de setembro. Por esta razão, a votação online foi prorrogada até as 23h59min do dia 8. Na terça-feira (9), os resultados já haviam sido divulgados e, segundo a Secretaria Operativa Nacional da

Na Semana da Pátria, entre os dias 1º e 7 de setembro, um acontecimento importante pode ter dado o pontapé para o início da reforma política do Brasil. A votação do Plebiscito por uma Constituinte Exclusiva e Soberana mobilizou os movimentos sindical e social, contando inclusive com a coleta de votos pela internet.

A procura pela votação online foi tão intensa que o sistema chegou a ficar sobrecarregado no

Campanha pelo Plebiscito da Reforma Política foram 1.744.872 pessoas que votaram pela internet em todo o país. Destas, 96,9% (1.691.006) foram a favor da Constituinte do Sistema Político e 3,1% (53.866) contra.

Além da internet, os votos foram recolhidos através dos comitês, criados em todos os estados do país. Estima-se que a campanha pelo Plebiscito uniu mais de 450 organizações e espa-

lhou mais de 40 mil urnas fixas e móveis. A apuração desses votos foi realizada até o dia 14 de setembro e após essa data o resultado será encaminhado ao Comitê Nacional, que deve apresentar os dados finais no dia 22 de setembro em coletiva de imprensa.

O SINTESPE participou ativamente da campanha do Plebiscito, tanto na realização de assembleias regionais, como na coleta de votos e na conscientização de sua base. Foram realizadas também campanhas através do site sindicato e nas redes sociais. Como forma de reforço, a equipe do SINTESPE também visitou os locais de trabalho durante o período de votação e divulgou tutoriais de como votar pela internet.

O Diretor Executivo da CUT, Júlio Turra, destacou que esse é o momento de a sociedade atuar para transformar o modelo político ao qual direciona tantas críticas e também apontou o papel que a mídia exerce ao esconder o Plebiscito. “Temos uma grande votação pela internet, uma excelente trabalho de base desenvolvido por milhares de ativistas, jovens, manifestantes, sindicalistas de todo o Brasil que espalharam urnas em escolas, bancos, praças públicas e urnas volantes que chegam até por bicicletas que se movimentam em centros populares. É uma grande mobilização popular, mas só a grande mídia não vê”, avaliou.

Em entrevista ao site de CUT, o advogado José Eymar Loguercio, ressaltou que o Plebiscito é

uma oportunidade de “os trabalhadores entenderem que são sujeitos dessa história e que não é apenas votar para o seu candidato nas eleições, mas questionar o modelo de representação”.

A Secretaria Operativa Nacional da Campanha pelo Plebiscito da Reforma Política emitiu um comunicado onde agradeceu às organizações participantes, aos mais de 1800 Comitês Populares, além dos cidadãos que participaram da votação. O texto destaca a dedicação, força, coragem e alegria com que foi construído o Plebiscito Popular e reforça que até o momento a batalha foi vitoriosa.

**BALANCETE**

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS	
RECEITA	julho/2014
Mensalidade de Associados	157.803,01
Receita de Aplicações	9.674,36
Receitas de Precatórios	2.218,78
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>169.696,15</b>
DESPESA	
<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>57.124,36</b>
<b>DESPESAS GERAIS</b>	
Água e Esgoto	257,64
Combustíveis e Lubrificantes	679,92
Correios e Malotes	206,90
Energia elétrica	454,16
Fotocópias	35,00
Serviços de Limpeza	1.129,50
Honorários Profissionais	2.500,00
Impostos e Taxas Diversas	32,79
Locação de Equipamentos	250,00
Manutenção em Programas	1.893,10
Manutenção em Veículos	120,00
Manutenção e Reparos	453,00
Material de Copa e Cozinha	308,83
Material de Expediente	118,00
Material de Higiene	70,70
Outras Despesas	36,00
Segurança do Patrimônio	205,68
Seguros	1.927,75
Telefones e demais comunicações	3.131,37
Tarifas Bancárias	105,80
<b>IMPRENSA E DIVULGAÇÃO</b>	
- Livros/Jornais/Revistas	1.500,64
- Rádios/TV/Som/etc	1.040,00
<b>ATIVIDADES SINDICAIS</b>	
- Cursos e Seminários	1.464,50
- Contribuição a CUT	16.198,60
- DIESSE	503,34
- Doações	250,00
<b>ASSESSORIA JURÍDICA/CUSTAS/CÁLCULOS</b>	<b>10.690,11</b>
<b>DIRETORIA E REPRESENTANTES</b>	
- Reunião de Diretoria	3.403,80
- Reunião de Servidores	1.796,28
- Diretoria Liberada	4.898,75
- Ajuda de Custo *	820,00
- Auxílio de Custo **	2.280,12
<b>NÚCLEO REGIONAL DE LAGES</b>	<b>2.154,22</b>
<b>NÚCLEO REGIONAL DE CHAPECÓ</b>	<b>1.976,97</b>
<b>NÚCLEO REGIONAL DE JOINVILLE</b>	<b>1.549,72</b>
<b>NÚCLEO REGIONAL DE CRICIÚMA</b>	<b>492,84</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>122.060,39</b>

\* Antônio Celestino Lins

\*\* Sebastião Teotônio Amorim e Wolney Adilson da Rocha Chucre

OBSERVAÇÃO: Balancetes elaborados pelo Regime de Caixa.

**REDE SOCIAIS**

## O SINTESPE também está na internet



Além do jornal que você acabou de receber e dos boletins informativos enviados por e-mail, você sabia que o SINTESPE também está o tempo todo na internet? Pelo [www.sintespe.org.br](http://www.sintespe.org.br) você tem acesso a notícias atualizadas diariamente e pode, inclusive, ler o nosso jornal pelo computador, smartphone ou tablet.

O Sindicato também se comunica com seus servidores através das redes sociais. Se você utiliza o Facebook, acesse o [www.facebook.com/sintespe.sc](http://www.facebook.com/sintespe.sc) e curta a nossa página. Pelo Twitter, o endereço é [www.twitter.com/sintespe](http://www.twitter.com/sintespe). Já pelo Instagram, o acesso pode ser feito pelo

[www.instagram.com/sintespe.sc](http://www.instagram.com/sintespe.sc).

Todas essas plataformas são atualizadas com frequência e apresentam informações de interesse do servidor público, por isso não fique de fora e acompanhe nossas postagens também na internet.

## CRONOGRAMA DE PAGAMENTO 2014

SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
30	30	28	29